

Água: mais eficácia e mais transparência.

O racionamento de água na região metropolitana de São Paulo está na iminência de começar. Transtorno semelhante poderá ocorrer também no Rio de Janeiro se os cariocas continuarem a desperdiçar água, por exemplo, usando mangueiras para “varrer” calçadas. Mais grave ainda, o racionamento já teria começado caso diversas instituições ligadas ao assunto não tivessem chegado a um acordo para diminuir a quantidade de água transferida do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu, onde se localiza a estação de tratamento operada pela CEDAE.

Há que se celebrar a maturidade das instituições envolvidas na discussão, em particular os comitês da bacia do Paraíba do Sul e do Guandu, o ONS (Operador Nacional do Sistema), o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da SERLA e CEDAE, e da ANA (Agência Nacional de Águas) que souberam tomar decisões técnicas visando o bem comum. No futuro, a experiência acumulada na negociação poderá ser útil para desencadear ações preventivas em outras cidades que periodicamente apresentam problemas de abastecimento, como Recife e São Paulo.

No caso do Rio de Janeiro, o problema não é falta de água no rio Guandu e sim excesso de poluição. A vazão bombeada do rio Paraíba do Sul para o Guandu, atualmente menor do que o normal, equivale a 1000 litros por habitante, a cada dia. Muito mais do que seria necessário para abastecer toda população (cada um de nós consome, em média, cerca de 200 litros por dia). Isto é, o volume diário retirado do Paraíba é cerca de cinco vezes o que seria estritamente necessário. Enquanto isto, o estoque de água nos reservatórios localizado nas cabeceiras do Paraíba do Sul, em território paulista, está em cerca de 14% do volume máximo (estaria vazio, não fosse a ação preventiva). Em meados de novembro esse estoque provavelmente chegará a 8%, que corresponde à pior situação observada no passado. Se as chuvas que normalmente caem em novembro atrasarem, o racionamento será inevitável. Como chegamos a esta situação?

Devemos considerar, em primeiro lugar, que nos últimos anos tem sido abaixo do normal a chuva nas cabeceiras do Paraíba do Sul, onde é possível guardar água na época de chuvas gordas para uso na época de chuvas magras. Em segundo lugar, como a poluição no rio Guandu tem aumentado a cada ano, seria necessário retirar cada vez mais água do rio Paraíba do Sul para manter a mesma concentração de poluentes. Como, ao contrário, a retirada teve que ser reduzida, a concentração aumentou, fazendo com que a CEDAE gastasse mais com produtos químicos (sulfato, cal e cloro) para limpar a água. Contudo, a situação está tão difícil que a água do Guandu está perto de se tornar intratável. Portanto, poderá ocorrer racionamento não por falta de água e sim porque ela está excessivamente suja. De onde vem tanta sujeira?

Vem dos esgotos urbanos e industriais não tratados e do lixo carregado pelas chuvas para dentro dos cursos de água das bacias hidrográficas do Paraíba do Sul e do Guandu. A situação é particularmente crítica na “lagoa do Guandu”, vizinha à estação de tratamento de água operada pela CEDAE, onde ocorre grande proliferação de algas. Nesta lagoa desembocam os rios dos Poços, Queimados e Ipiranga, que atravessam os municípios de Nova Iguaçu, Queimados e Japeri, carreando esgoto in natura e lixo, produzidos por 182 mil de habitantes.

Desde o final da década de 70 discute-se uma “solução emergencial” para o problema, que seria uma obra de engenharia para deslocar o desemboque do rios dos Poços, Queimados e Ipiranga para jusante (rio abaixo) da estação de tratamento. Algumas alternativas para o projeto de desvio estão descritas no relatório preparado pela COPPE-UFRJ em 2000, intitulado “Estudo de Alternativas para Melhoria da Qualidade da Água a Montante da ETA Guandu”. Uma destas alternativas foi detalhada pela CEDAE e, segundo seu presidente, o projeto básico está praticamente concluído. Está previsto um desvio de 4,5m³/s, com custo estimado de R\$ 12,5 milhões. No orçamento da ANA para 2003 existe uma dotação de R\$ 10 milhões que poderia ser utilizada para esta finalidade, desde que os governos federal e o estadual cheguem a um acordo sobre a urgência desta iniciativa.

Este possível entendimento em torno da implementação da solução emergencial enfrentará, além das dificuldades administrativas e políticas de praxe, a razoável objeção daqueles que preferem partir logo para a solução definitiva, que seria coleta e tratamento do esgoto produzido pelos 182 mil habitantes das bacias hidrográficas dos rios Poços, Queimados e Ipiranga. Trata-se de investimento relativamente pequeno, da ordem de R\$ 36 milhões, que não foi feito devido à persistente crise do setor de saneamento.

Tipicamente, as empresas só conseguem receber pagamento por cerca 40% da água que tratam. Os outros 60% se esvaem nos furos de tubulações com escassa manutenção, nos roubos de água através de “gatos” e nas contas não pagas. O resultado é arrecadação insuficiente para contratar equipes e fazer investimentos que melhorem a operação do sistema já existente e permitam sua expansão.

Nas últimas décadas, expressivos subsídios foram carreados para as companhias públicas de saneamento. Entretanto, a maior parte dos subsídios serviu para alegrar empreiteiros, diminuir o custo do serviço para os mais ricos, compensar a ineficiência operativa e dar vantagens aos empregados. A lição é que a canalização de subsídios para empresas sob controle público não resultou em equidade social. Teria sido preferível que os subsídios fossem condicionados à efetiva prestação de serviços em benefício daqueles que não conseguem pagar o correspondente custo ou da comunidade como um todo, principalmente para coleta e tratamento de esgotos. Isso resultaria em maior eficácia e transparência.

Jerson Kelman é Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA e Professor da COPPE-UFRJ

KELMAN, J. Água: mais eficácia e mais transparência. Revista ECO-21, ano XIII, n. 84, nov. 2003. p. 20-21.